



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24   08   2011	15h45min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 73ª  
(SEPTUAGÉSIMA TERCEIRA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 24 DE AGOSTO DE 2011.**

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Evandro Garla a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – O Expediente lido vai à publicação.  
(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 155, de 26/08/2011, juntamente com a ata sucinta da 73ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO EVANDRO GARLA - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observação a seguinte:

- Ata da 72ª Sessão Ordinária.

Dá-se início ao



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24   08   2011	15h45min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante, líder do Bloco PT/PRB.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (Bloco PT/PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu tenho em mãos a Carta nº 96, de 2011, da Presidência da CEB, encaminhada ao Governador Agnelo Queiroz. Eu faço questão de fazer a leitura dessa carta.

“Sr. Governador:

Seu governo recebeu a Companhia Energética de Brasília – CEB verdadeiramente na maior escuridão. Com sua ajuda direta, ao determinar que todos os órgãos do GDF, em janeiro deste ano, voltassem a pagar em dia as contas de consumo de energia, de manutenção e das obras de ampliação do sistema elétrico, algumas luzes começaram a se acender na empresa.

Gerir uma dívida de 800 milhões é muito difícil, demorado e arrastado. Mas com o seu total apoio, em especial da Secretaria de Governo, ao nos acompanhar e apoiar junto às secretarias de Fazenda, Planejamento, Transparência e a Procuradoria Geral, no âmbito do Distrito Federal, bem como nos fortalecer na área federal — Eletrobrás, Ministério das Minas e Energias, BNDES e Aneel —, podemos afirmar que a CEB começa a recuperar sua energia para, com mais força, atacar seus problemas acumulados por mais de uma década.

Com o objetivo de manter o nosso governo bem informado quanto às atividades desenvolvidas nestes sete meses, a diretoria da CEB vem informar a V.Exa., em anexo, muitas medidas, ações, projetos e obras que já foram implementados ou estão em andamento por esta Companhia.

Todos os trinta itens do anexo são de extrema importância, mas destacamos:

1. A partir de janeiro de 2011, retomamos o recolhimento da taxa de iluminação pública, recolhendo, em média, 10 milhões de reais ao mês aos cofres do GDF.”

Isso é importante, Deputado Dr. Michel. V. Exa. sabe que a CEB recebia a taxa de iluminação pública, que é para ampliar a rede, que é para investimentos, e a segurava, não repassava para o GDF. Ficava com ela, como se fosse dela, sem ser.

Continuando:

“2. Também em janeiro de 2011, voltamos a pagar o ICMS que havia sido suspenso por três meses. Hoje recolhemos aos cofres do Governo, em média, 30 milhões ao mês.”



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24   08   2011	15h45min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Deputado Joe Valle, a CEB não pagava ICMS. Qualquer outra empresa que não paga ICMS vai para a Justiça e é inabilitada. Mas a empresa pública não pagava.

“3. Limpamos o nome da CEB, saímos do Cadin. Negociamos com a Aneel o parcelamento de multas relativas a 17 milhões. Continuamos em negociação para transformar o restante das multas (40 milhões) em investimento. Isso nos permitiu, no mês de julho, receber da Eletrobrás 19 milhões e voltarmos a ter a capacidade de obter financiamentos para os investimentos necessários.

4. Tomamos medidas no processo licitatório e já obtivemos resultados mais do que favoráveis para a empresa.” Deputado Chico Leite, preste atenção nestes dados, porque eles são estarrecedores: “Compramos 64 mil medidores de energia ao preço de 60% a menos do que a CEB pagou em 2009.”

Portanto, Deputado Dr. Michel, a CEB comprava esses mesmos medidores e, agora, a atual direção da CEB, sob a Presidência do Rubens Fonseca, está comprando a 60% menor que o preço. Está pagando 40% do que era pago antes. “Compramos 10 mil postinhos (...)” – são aqueles postes para instalação –, (através do qual se faz novas ligações residenciais) com 40%(...)” do preço que era praticado antes. “Acabamos de comprar trezentas mil lâmpadas – pasmem, senhores e imprensa presente! Sabe qual a diferença de preço agora, Deputado Wellington Luiz? – com 66% (...)” Ou seja, a CEB está comprando agora, Deputado Chico Leite, pelo valor de 34% do que era praticado antes.

“5. Vamos receber, em meados de setembro, a primeira subestação móvel de Brasília, o que resultará na retomada mais rápida da energia quando houver algum desligamento.”

Ou seja, se houver um desligamento na quadra onde o Deputado Dr. Michel mora, vai demorar, porque se queimou um transmissor, um transformador, sei lá o quê. Pois bem, a estação móvel vai até lá e passa imediatamente a regularizar a situação da distribuição ali, coisa que não havia na Capital da República e que já há em muitos estados brasileiros.

“6. Com a anuência da Aneel, vamos abrir, no dia 16, as propostas para o processo licitatório do terreno da CEB (pirâmide), início da L2 Norte (...).

7. Já assinamos contrato com a Terracap, para a construção da subestação da Cidade Digital, no valor de 28 milhões (...).

8. Assinamos contrato também com a Terracap, para a construção da subestação do Estádio Nacional, no valor de 54 milhões. Essa obra servirá não somente para possibilitar o atendimento ao Estádio, mas também trará substancial melhora para o sistema em toda a área central do Plano Piloto.

9. Contrato no valor de 115 milhões, para a construção da subestação, redes subterrâneas e iluminação pública da 1ª etapa do Setor Noroeste (...).

10. Contratamos 70 agentes CEB, que já estão em campo, fazendo levantamentos para o início do Programa de Eficiência Energética, onde a CEB contata a população pobre, orientando-a no combate ao desperdício de energia (...).



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24   08   2011	15h45min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

11. Na área administrativa estamos finalizando o projeto básico para a aquisição, via licitação, de novo sistema de gestão corporativa de TI e o Ponto Eletrônico. Contratamos 198 novos empregados, até agosto de 2011, para as diversas áreas da CEB.

12. Apesar das dificuldades, estamos investindo 56 milhões na construção de 78 km de linha de transmissão e 3 subestações de energia, obras fundamentais para a melhoria do sistema. Estão em fase de contratação mais 11 km de linhas de transmissão e duas subestações, com investimento de mais de 52 milhões. Em média tensão (15kv), estamos investindo 30 milhões. Podemos afirmar, com certeza, que há muitos anos a CEB não realizava um volume de obras tão significativo.

13. O projeto executivo de iluminação pública da Esplanada dos Ministérios até a Rodoferroviária estará pronto dentro de 25 dias. Vai ser um projeto revolucionário e, com certeza, impactará positiva e fortemente toda a população do Distrito Federal e do País. Tratativas estão em andamento com o Iphan e a implantação será iniciada imediatamente após a conclusão do projeto.

Enfim, Senhor Governador, a Diretoria da CEB está sintonizada com o programa do seu governo, respondendo com competência, demonstrando que sabe fazer bem e, sobretudo, a baixo custo, pautado pelo seu maior compromisso, que é o combate intransigente à corrupção.

Atenciosamente,

Rubem Fonseca Filho. Diretor-Presidente." (*sic*)

Sr. Presidente, fiz questão de ler esta carta do presidente da CEB, porque a situação daquela empresa, Deputado Evandro Garla, era desesperadora, como a da maioria dos órgãos do Distrito Federal. Estamos em processo de recuperação de Brasília.

Estive hoje, juntamente com o Deputado Evandro Garla, a Deputada Luzia de Paula, o Governador Agnelo Queiroz e todo o *staff* do Governo, na Ceilândia e, para nós, foi animador ver o volume de obras que estão chegando para a nossa querida cidade da Ceilândia. O Governador assinou hoje a revitalização – por que não dizer a reconstrução? –, já iniciou a obra do terminal do Setor O e a do terminal do Setor P Sul. Amanhã lançará a licitação, assinando o VLP, que é o veículo leve sobre pneus. Inclusive, todos os Deputados estão convidados para esta festa, às 10 horas, no balão do periquito, na entrada do Gama. Será autorizada também a construção da alça direita do viaduto do balão do periquito, onde fizeram só uma parte. Esqueceram que os carros vêm para o Plano de manhã, mas voltam à tarde. Ou seja, diminuiu-se o engarrafamento de manhã, mas ainda há um maior.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24   08   2011	15h45min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PPS. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Deputado Chico Vigilante. Quero parabenizá-lo por abordar a alegria que foi, hoje, para a nossa comunidade ceilandense – digo nossa, porque lá moramos – a reestruturação e a reforma do terminal, que é de suma importância. Nossa cidade, maior do que muitos municípios neste país, até hoje, não tem um terminal que comporte o fluxo de passageiros que temos e dê o conforto que aquela cidade merece.

Outro ponto, mais importante ainda, foi a inauguração do Cras onde era o antigo Cosi, naquele espaço do P Sul. Sabemos que a política da assistência – costume dizer que ela é a política base para todas as outras políticas públicas – realmente vai dar oportunidade àquele povo sofrido, àquele povo que realmente precisa ser atendido. E nosso Governador, com a sua sensibilidade, juntamente com a nossa Secretária de Desenvolvimento Social, volta os olhares para aquela cidade; não só para a nossa cidade, mas para todo o Distrito Federal. Muito obrigada pelo aparte e também por esse empenho junto àquela cidade e por todo o Distrito Federal, principalmente pela política de assistência social.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu agradeço o aparte de V.Exa. e o incorporo ao meu pronunciamento.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, a questão do transporte está muito bem encaminhada, pois quando aprovamos o novo sistema de transporte público que será implantado no Distrito Federal, o Governo agiu. Agiu quando deliberou que o metrô fosse até o final das cidades de Samambaia e Ceilândia, agiu quando começa a reformar os terminais rodoviários, agiu quando pegou a Fácil de volta, agiu quando irá licitar novos ônibus para rodar no Distrito Federal.

Mas eu quero falar sobre a CEB, que é a nossa companhia energética. Não podemos admitir que uma empresa que tem de ser preservada tenha entrado no buraco que entrou. Eu acompanhei pelos jornais e fiquei muito preocupado. Chega a quase um bilhão de reais o *deficit* da nossa CEB e devemos saber por qual motivo. Foi mau gerenciamento? Foi má aplicação? O que aconteceu para nossa empresa chegar a esse montante? Por que aconteceu isso? Quando se anunciava no Distrito Federal, no governo anterior, quando se pregou a modernidade, e modernidade seria vender o BRB, eu quase morri do coração, porque o BRB é o banco do povo do Distrito Federal. Graças a Deus ele não foi vendido. A CEB é um patrimônio das pessoas do Distrito Federal. Então, quando enfrentamos esse tema de recuperação da nossa empresa, temos de trabalhar pela segurança das empresas que fazem Brasília: Novacap, Terracap, CEB, BRB. Havia também o SLU, mas, infelizmente, hoje é tudo terceirizado. Essa modernidade da terceirização colocou o trabalhador que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24   08   2011	15h45min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

tem menores condições de trabalhar em um serviço mais sofisticado, Deputado Evandro Garla, fora do mercado de trabalho. O SLU era uma empresa que pegava essas pessoas com menos formação para trabalhar para o governo. Fomos modernos, modernos, modernos, e falimos o Estado.

Nós que estamos aqui com a função de trabalhar pelo povo, de trabalhar pela nossa cidade, temos de estar de olhos abertos. A CEB já fez um empréstimo de oitocentos milhões com o BNDES, com o Governo Federal, para pagar contas. Nós vamos, agora, trabalhar. Esta Casa tem obrigação de estar de olhos abertos para que o povo do Distrito Federal não seja pego de surpresa com novas coisas porque, se deixarmos para a última hora, será pego.

V. Exa. traz aqui um tema muito importante, que é uma nova recuperação, que são as ações do Governo. Também ficamos felizes por estarmos passando tudo a branco e vamos seguir para o futuro. Muito obrigado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Agradeço V.Exa., que faz uma indagação muito importante: o que fizeram com a CEB? Saquearam a CEB. Foi isso que fizeram. A transmissão de energia no Distrito Federal, Deputado Dr. Michel, é altamente rentável. É uma das unidades da Federação, Deputado Agaciel Maia, mais rentável que existe. A comercialização de energia no Distrito Federal é rentável. Entretanto, o processo que fizeram com a CEB foi o de sucateamento — eu não diria nem para privatização, porque a situação da CEB estava chegando a tal ponto que ela nem sequer seria privatizada. Ela seria entregue em 2015. A Aneel tomaria a concessão, colocaria em licitação e a CEB não iria participar da licitação em função das dívidas, das multas, do mau serviço prestado. Felizmente, o Governo Agnelo Queiroz, com o nosso esforço, com a nossa força, ganhou as eleições no Distrito Federal. Iríamos perder essa empresa, que é fundamental, importante, um marco no Distrito Federal, para grupos internacionais.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, eu quero parabenizar V.Exa. pelo discurso de hoje e dizer que o *modus operandi* que estava sendo feito na CEB é o mesmo feito com a CSN. Existem as estatais rentáveis. Existe um plano político para começar a tirar o oxigênio, a sucatear a empresa, de maneira que ela fique inviável e a iniciativa privada venha e a compre por preço de banana. A exemplo de outras estatais que foram vendidas no Governo Fernando Henrique Cardoso, aconteceu esse mesmo procedimento. Tira-se tudo que é para melhorar a empresa. É difícil. Quando a empresa não tem mais condições de sobrevivência, colocam-na para leilão. Mas o surpreendente, Deputado Chico Vigilante, é que geralmente essas mesmas empresas que, às vezes, foram a bancos oficiais para conseguir empréstimos dentro dos juros de mercado, não conseguiram. Depois que foram vendidas foram financiadas muitas vezes pelo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24   08   2011	15h45min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

próprio BNDES com a carência de cinco anos — começariam a pagar depois de cinco anos. Não é de se estranhar que o procedimento feito com a CEB fosse exatamente esse. Alguém estava tirando as condições operacionais e financeiras. E sabemos muito bem como se faz quando se quer matar uma empresa pública: fecham-se os créditos e todos os investimentos ou concessões de reajustes de tarifas da empresa são negados. Dessa maneira, ela vai atrofiando, definhando e, quando já está morta, praticamente se entrega de bandeja para a iniciativa privada. Geralmente a iniciativa privada compra com o dinheiro público, com carências que foram negadas para que a empresa tivesse um investimento e fosse rentável. Isso aconteceu com várias empresas públicas brasileiras que foram alienadas. Entramos naquele ciclo em que o bonito era vender tudo, inclusive as empresas que tinham lucro. Não dá para entender como uma empresa que vende energia e recebe — porque se não receber, corta — atrofia do jeito que foi atrofiada. São políticas de governos orquestradas, organizadas por profissionais que entendem bem da área para matar a empresa e depois entregá-la de graça à iniciativa privada. Era isso que estava acontecendo com a CEB.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Deputado Agaciel Maia, eu fico muito feliz com o aparte de V.Exa., porque V.Exa. traz o debate exatamente para o leito onde deveria ser feito. Era uma política deliberada. É só verificar, Deputado Agaciel Maia, que um dos que levou a CEB a essa situação já tinha feito o mesmo com a Celpa, no Pará. Na empresa de eletricidade do Pará foi feita a mesma coisa e ainda importaram-no para o Distrito Federal para praticar a mesma política que tinha sido feita com aquela empresa estatal de energia do Pará.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Deputado Chico Vigilante, eu concordo com a fala de V.Exa. e a do Deputado Agaciel Maia e vou mais longe. Estavam fazendo isso não só com as empresas, mas com a administração direta também estava acontecendo o sucateamento para validar a questão da privatização.

Eu estava fazendo uma visita ao Parque de Apoio da Saúde, que fica no Setor de Indústria. Ali, Deputado Chico Vigilante, constrói-se de um parafuso a um avião. E estavam sucateando aquilo para depois justificar a privatização de determinados setores dentro da saúde. Digo mais — e não quero nem ter razão no que vou dizer. Se V.Exa. perceber, os prédios e os edifícios residenciais estão ali próximos. O próximo passo seria vender aquela área para a empresa privada poder lotear. V.Exa. pode ter certeza disso. Isto é que me deixa mais estarecido: um local nobre daquele. Estavam sucateando o Parque de Apoio para que depois justificassem as privatizações, assim como já está privatizada a costuraria da Secretaria Hospitalar. O que me deixou mais estarecido ainda é que foram compradas quinhentas macas no governo passado, só que os colchões vieram com pano e pano não serve para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24   08   2011	15h45min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

hospital porque se impregna de sangue. Aí as costureiras que outrora foram tiradas de lá é que estavam fazendo a tapeçaria, cobrindo aqueles colchões... Ou seja, nós votamos certo e queremos que esse governo dê certo para acabar com as mazelas de outrora. Nós temos a CEB, a Secretaria de Educação, o próprio SLU, mencionado pelo Deputado Olair Francisco, e várias outras empresas que foram sucateadas para poder justificar a privatização com interesses escusos.

Então, eu queria conclamar os meus pares e V.Exa., que é um homem sério, honesto, que também votou neste “novo caminho”, neste novo governo, para que fiquemos de olho, não no nosso Governador – este não precisa, nós confiamos nele –, mas no que algumas pessoas podem estar querendo fazer até mesmo sem o nosso Governador saber.

Privatização tem que acontecer, mas tem que ser bem discutida para que não caiamos em determinadas situações nas quais entreguemos a área produtiva do governo para empresas privadas com interesses escusos.

Era isso o que eu tinha a dizer a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu agradeço a V.Exa. Incorporo o aparte de V.Exa. ao meu pronunciamento.

Encerro dizendo que o Presidente da CEB, Rubem Fonseca, engenheiro Rubem Fonseca, a quem quero parabenizar pelo trabalho que vem fazendo juntamente com todos os servidores da CEB, que estão engajados nesse processo de reconstrução, pode contar com o apoio dos homens e mulheres de bem desta Casa.

Nós estamos engajados nesse processo de recuperação do Distrito Federal e a nossa CEB é uma luz fundamental para continuar acesa. Até porque sem energia nós vivemos, mas vivemos com muita dificuldade. Eu sei o que é viver sem energia. Eu vivi 24 anos no interior do Brasil, na roça, no Maranhão, onde não havia eletricidade. Sei o quanto é difícil.

Portanto, é fundamental mantermos essa nossa empresa estatal como ela é, e pública, porque, Deputado Dr. Michel, além de ela ser estatal tem que ser pública. Ela tem que ser estatal pública! É isso que a CEB é. Por isso os meus parabéns à diretoria da CEB na pessoa do Presidente Rubem.

Vou pedir a V.Exa. que autorize a transcrição na íntegra deste documento nos anais da Câmara Legislativa, para que daqui a cem anos, quando alguém estiver verificando os anais da Câmara Legislativa, veja que em um determinado momento deste País, no ano de 2011, tomou posse, como Presidente da CEB, um homem que veio e recuperou essa empresa de eletricidade, e esse homem se chama Rubem Fonseca.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24   08   2011	15h45min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Foi o homem que trouxe a luz no fundo do túnel, que não era o trem.

Continuando os Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco PMDB/PSL/PTC/PSC/PT do B. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, hoje nós tivemos uma audiência com o Secretário de Planejamento para apresentação do PPA e quase não conseguimos chegar, chegamos quase quarenta minutos atrasados, em decorrência de uma passeata que os moradores dos condomínios, principalmente do Jardim Botânico, fizeram hoje, aqui, na Esplanada.

Isso aconteceu em decorrência de o governo ter anunciado uma licitação, inclusive, de alguns parques infantis do Jardim Botânico, a preços totalmente discrepantes dos preços de mercado. Eu sei que politicamente muitas pessoas já exploraram demais esse aspecto de condomínio.

Nós estamos aqui com a presença do Deputado Chico Vigilante, um deputado atuante, com o Líder do Governo, Deputado Wasny de Roure. Eu acho, Deputado Chico Vigilante, que estava na hora de se criar um órgão específico para cuidar de condomínios. Nós já criamos tantas secretarias. Por que não criá-lo? Nós sabemos que o problema de Brasília, hoje, é a regularização desses condomínios. O Governador Agnelo poderia criar uma secretaria. Tanto que o Secretário Paulo Tadeu foi surpreendido com as informações de que algumas medidas estavam sendo tomadas, algumas licitações pela Terracap no Jardim Botânico, e o pessoal do governo não tinha conhecimento disso. Então, o desgaste político vem para o governo.

Os moradores hoje pararam essa subida da Esplanada, justamente porque cria uma instabilidade emocional muito grande o sujeito ver, de uma hora para outra, os lotes serem vendidos cinco, seis, sete vezes mais caro do que há seis meses foram ofertados.

Sei que a Deputada Rejane Pitanga acompanhou esse pessoal na audiência com o Deputado Paulo Tadeu. Eu acho que seria de bom alvitre o governo criar um mecanismo, um órgão que centralizasse todas as ações de regulamentação desses condomínios de maneira que todo mundo ficasse informado sobre as ações tomadas pelo governo, para que a Terracap não faça uma ação sem que o governo tenha conhecimento ou mesmo o Secretário de Estado do Governo tenha conhecimento.

Então, se existe algo importante no Distrito Federal a ser feito é a regularização não só dos condomínios, como também das escrituras de São Sebastião, Paranoá. A maioria dessas cidades não pode receber investimentos porque não tem escritura. Às vezes, não pode sequer receber um banco oficial porque não se coloca um banco onde não existe escritura pública.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24   08   2011	15h45min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Contando com a inteligência de vocês, principalmente dos órgãos de governo, era importante se criar uma secretaria para cuidar dos condomínios. Toda e qualquer informação que o governo quisesse saber sobre o que está acontecendo nos condomínios e sobre o controle de regularização, esse órgão responderia não só ao Executivo, ao Judiciário, como também à Câmara Legislativa.

Pelos relatos – não participei da reunião porque eu tinha uma audiência aqui com o Secretário do Planejamento –, o governo foi surpreendido por algumas ações de órgãos do próprio governo.

DEPUTADA REJANE PITANGA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA REJANE PITANGA (PT. Sem revisão da oradora.) – Deputado Agaciel Maia, são vários condomínios na área do Jardim Botânico.

Primeiramente quero ressaltar a disposição do Secretário de Governo Paulo Tadeu em recebê-los. Havia a necessidade de abertura de diálogo para resolver uma série de questões, entre elas a questão da regularização, que não é um problema de solução imediata, mas uma política de longo prazo – isso foi reafirmado pelo governo.

Há outra reunião marcada para amanhã, às 15 horas. Tudo aponta que esse processo com relação a essa questão dos condomínios do Jardim Botânico vai trabalhar no sentido da solução. Com certeza ficou bem clara a disposição do governo em trabalhar de uma forma global, como está sendo trabalhada a questão da discussão dentro da legalidade, todas as ações sendo feitas nesse sentido.

Eu acho que foi uma reunião extremamente positiva. Reabrir diálogo em processo de negociação é sempre positivo para resolver as demandas. Amanhã, às 15 horas, serão novamente recebidos com a presença da Terracap, do Ibram e da Agefis. Foi muito positiva essa ação, e deu a eles uma vitória importante no movimento que fizeram hoje pela manhã.

Muito obrigada.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Agradeço o aparte de V.Exa.

Deixo a sugestão, Presidente Dr. Michel, de que o governo crie um órgão específico para acompanhar toda a problemática que envolve os condomínios em Brasília.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24   08   2011	15h45min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (Bloco da Renovação Democrática Popular. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos, Sr. Presidente, nobres colegas, imprensa, visitantes.

Hoje eu vou falar sobre um assunto inovador, um assunto diferente do que eu estou acostumado a falar, vou falar sobre educação – não tem jeito. Eu estava vendo as reportagens sobre as revoltas no Chile, revoltas estudantis, e me deixa bastante animado que aqui na América Latina se preocupem com a questão da educação e consigam mobilizar a sociedade da forma que mobilizam no Chile, onde entregaram para o Presidente Sebastián Piñera uma carta com reivindicações. Fiquei muito contente com o conteúdo da carta. O sistema de educação chileno é um sistema muito desigual, é um sistema de créditos, em que o governo oferece recursos para que o cidadão procure uma escola particular e ele complementa os recursos, dependendo da escola escolhida, e eles querem mudar esse sistema para formar efetivamente um sistema público de educação. Fiquei feliz com toda essa movimentação no Chile.

Eu gostaria de convidar todos os Colegas para participar, amanhã, da sessão solene, às 19h, em homenagem ao Dia do Estudante. É uma sessão para que reflitamos sobre a situação da educação no nosso País, especialmente, em Brasília. A educação é uma responsabilidade de todos nós.

Tenho visitado as escolas e visto que a nossa sociedade, muitas vezes, deixa a educação como encargo exclusivo dos professores, que estão sobrecarregados. Pude verificar nessas minhas andanças que as escolas que oferecem a melhor qualidade de ensino – digo as escolas públicas – são justamente as escolas que contam com forte engajamento pessoal dos professores, porque condições institucionais elas ainda não têm. Nós buscamos esse avanço, o Governo do Distrito Federal tem se esforçado, mas é preciso tomar providências muito sérias, inclusive de esclarecimento para a sociedade sobre a importância da educação. Hoje, o Brasil ocupa a 85ª posição no *ranking* internacional de educação, e isso não nos entristece, isso aparentemente não nos preocupa, aparentemente.

Gosto muito de lembrar que todos nós ficamos tristes quando o Brasil perdeu a Copa do Mundo nas oitavas de final. Isso indicava que éramos um dos oito melhores do mundo, mas fez com que todos nós chorássemos e ficássemos chateados com o desempenho brasileiro no futebol. Mas parece que o desempenho sofrível das nossas escolas não nos faz compadecer, não ficamos muito tristes por causa disso.

Então, é preciso que nos conscientizemos dessa importância, e esta Câmara tem a oportunidade de mostrar para Brasília e para o Brasil que tem responsabilidades sobre a questão educacional no nosso País. Esta Câmara pode fazer alguma coisa para mudar essa situação; esta Câmara tem que reconhecer isso como um dever. Não podemos pensar que a educação é uma responsabilidade do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24   08   2011	15h45min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Poder Executivo, esta Câmara tem de discutir e refletir sobre as maneiras que temos para melhorar o quadro da nossa educação.

Fiquei muito feliz porque há alguns dias o Deputado Joe Valle lançou uma frente para discutir nesta Casa um plano distrital de educação. Creio que esse plano é fundamental e quero oferecer o meu apoio completo ao Deputado Joe Valle. Pela primeira vez creio que esta Casa tenha bons representantes na área de educação. Esta Câmara representa muito bem a segurança pública, por exemplo. Esta Câmara já teve boa representação na Saúde, e esta Câmara agora, Sr. Presidente, tem uma representação boa da área da educação. Tem aqui a Deputada Rejane Pitanga, eu e outros Deputados que são sensíveis a esse setor. O Deputado Dr. Michel, que é egresso da segurança pública e professor de cursinhos, entende e se lembra do quanto sofreu pela falta de educação, porque, com certeza, como delegado, o nosso Presidente teria menos trabalho se houvesse mais escolas de qualidade.

Então, esse projeto de um plano distrital de educação é muito importante. Hoje nós discutimos o Plano Nacional de Educação, que entra em votação na Câmara dos Deputados no mês que vem. É um grande avanço, mas é um plano que leva em consideração a realidade nacional, e por isso perdem-se as peculiaridades estaduais. Não há sombra de dúvida de que o Distrito Federal seja diferente do restante do País nos seus problemas na Educação. Nós temos especificidades que precisam ser observadas como tal, e muitas das nossas especificidades nos deixam com mais condições de atuar. Por exemplo, nacionalmente verificou-se que não era possível enviar 10% do PIB para a Educação, mas talvez no Distrito Federal nós possamos ter esse compromisso. É preciso discutir a realidade local. Nós entendemos que, apesar de toda a dificuldade da Educação em Brasília, nós ainda estamos em um nível levemente superior à média nacional de qualidade na Educação. Mas isso também quer dizer que a nossa capacidade de investimento é maior, porque nós temos um Fundo Constitucional que é maior do que todo o orçamento do Estado do Piauí. Não faz sentido que nós tenhamos escolas públicas que sequer se aproximem da qualidade da escola pública piauiense. Nós não podemos aceitar isso. Então, nós temos que discutir o nosso Plano Distrital de Educação. Acho que é possível fazer isso.

Além disso, nós temos algumas pautas e esta Casa tem que se apressar. Logo, logo chega aqui esse projeto que a Deputada Rejane Pitanga tem acompanhado muito bem, que é o da gestão democrática. Deputada Rejane Pitanga, assim que chegar aqui, V.Exa. nos capitaneia, porque é preciso discutir também no âmbito do Poder Legislativo e aprovar um bom projeto. Ele vem do Executivo, mas o Legislativo tem que se meter nessas questões, que são do nosso povo; é nossa obrigação.

Eu também tenho um projeto aqui, que está entrando na Comissão de Educação e Saúde – nosso Presidente Washington sempre muito prestativo, atencioso com esse projeto –, que é o projeto de padronização das escolas públicas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24   08   2011	15h45min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

no Distrito Federal. É fundamental que nós aprovemos esse projeto. E eu vou pedir apoio de um a um. A Deputada Rejane Pitanga é a Relatora. Por favor, heim? Por mais difícil que seja de ser implementado a curto prazo – a gente está trabalhando um tempo para o Governo se adaptar para buscarmos o orçamento –, escola pública tem que ter quadra coberta, laboratório de informática, auditório e tem que ter coração, que é a biblioteca, como eu sempre digo. Escola sem biblioteca não tem coração. Então, padronização da escola pública é um projeto fundamental. Temos que ter o mínimo de equipamentos e instalações para que uma escola seja chamada de escola.

Outro projeto que eu acho importante também é um projeto bem polêmico – mas eu acho que esta Casa não vai fugir ao debate –, que diz que cada professor que se aposente tem que gerar nomeação de um professor concursado. Nós fizemos estudos e verificamos que o impacto econômico é nulo, porque o professor que acaba de assumir tem um salário menor do que o professor que acaba de se aposentar. Então, é para não ficarmos acumulando cargos vagos na Secretaria de Educação. É preciso que professor aposentado gere uma nomeação, porque senão nós vamos ter sempre um *gap* entre o número de professores necessários e o número de professores que estão em sala de aula.

Outro reforço que eu quero fazer é que amanhã estejamos todos juntos nessa sessão solene. Eu acho que é uma homenagem justa aos estudantes. A gente sempre diz que o estudante faz muita bagunça, que o estudante é desinteressado, e eu sempre rebato isso dizendo que o estudante protagoniza as principais mudanças no nosso País, e também gosto de lembrar sempre que não é o estudante que é desinteressado, mas a nossa escola atualmente que é desinteressante. Estamos nesse esforço com esse nosso Governo para transformar essa realidade, e estamos sempre dando as nossas opiniões como educadores. Espero que esta Casa jamais se furte a esse que é o debate, a meu ver, mais importante desse início de século. Se esta Casa perder esse debate, no início do século XXI, o Brasil vai perder o *timing* para fazer uma revolução socioeconômica que nós, realmente, precisamos fazer.

Então, esse é o momento de discutir a formação dos nossos cidadãos.

Muito obrigado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço um apelo aos Parlamentares que ainda estão nos gabinetes, pois contamos com a presença de apenas 8 Parlamentares em plenário e precisamos de 13 para iniciar uma votação.

Hoje temos uma votação fundamental, que é um remanejamento de recursos para pagamento de pessoal. Se não votarmos, hoje, esse crédito de R\$



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24   08   2011	15h45min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

245.000.000,00 (duzentos e quarenta e cinco milhões de reais), o Governo do Distrito Federal será forçado a atrasar o pagamento de professores, de trabalhadores da Secretaria de Assistência Social e de outros órgãos do Governo do Distrito Federal.

Portanto, acho que, quando se trata de servidores, todos nós temos a responsabilidade de resolver! E não importa se alguém tem alguma divergência ou não, trata-se da remuneração de servidores que precisa ser paga! Não pode ser debitado na conta da Câmara Legislativa o fato de não votarmos esse remanejamento de recursos.

Faço um apelo: nós estamos em 8 e precisamos de 13. Estão faltando 5 companheiros e companheiras. Já pedi para localizar o Deputado Chico Leite, que é do meu bloco, portanto tenho responsabilidade mais direta para que volte ao plenário; o Deputado Wasny de Roure, que é o nosso Líder, já deve estar chegando. O Deputado Prof. Israel Batista vai convocar os Deputados do seu bloco.

É um apelo que faço: um mutirão para votarmos esse crédito para que não atrase o salário desses servidores.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (Bloco Avanço Democrático. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, fico muito feliz, Deputado Prof. Israel Batista, quando escuto o discurso de V.Exa., porque é jovem, tem lutado pela educação com propostas sérias, apresentando projetos de lei. V.Exa. pode ter certeza de que irei me somar a V.Exa. todas as vezes que for defendida essa bandeira.

Sr. Presidente, o que me traz a essa tribuna nesta tarde é, realmente, a questão da educação. Sabemos que tivemos um começo de ano na área da educação no Distrito Federal um pouco tumultuado: convocação e “desconvocação” de professores, bem como de uma tentativa de exoneração de diretores e vice-diretores eleitos. Com isso, entramos com uma representação no Ministério Público pela qual pedimos uma Adin a uma lei que foi aprovada por esta Casa no final do ano passado. Nossa arguição foi sobre uma emenda da bancada do PT, que suspendia temporariamente a gestão compartilhada; ou seja, possibilitava a nomeação dos diretores até que houvesse um novo tipo de eleição no Distrito Federal. Mas, por entender que a lei seria inconstitucional, porque o projeto que veio do Executivo para esta Casa era uma lei que tratava de professores temporários e não da gestão compartilhada, e como a emenda era da bancada do PT, nós representamos ao Ministério Público e pedimos uma Adin para a lei.

Venho a esta tribuna nesta tarde para falar que o juiz acatou a inconstitucionalidade dessa lei; ou seja, o que vale, hoje, no Distrito Federal, é a gestão compartilhada até que chegue um novo projeto a esta Casa para votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24   08   2011	15h45min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Eu gostaria de ler para vocês a decisão do juiz: Ele diz o seguinte: "Determino ao Distrito Federal que inicie imediatamente novo procedimento eletivo para provimento dos cargos diretivos das escolas públicas, segundo normas estabelecidas na Lei Distrital nº 4.036/2007. Advirto que a Lei a ser aplicada deverá ter a redação anterior à edição da Lei Distrital nº 2.524, de 2010". Ele ainda fala mais: "Determino também a Exma. Sra. Secretária de Estado da Educação e ao Exmo. Sr. Governador que provem, em 24 horas, terem retornado aos respectivos cargos os diretores e vice-diretores, sob pena de incorrerem em crime de desobediência à ordem judicial e improbidade administrativa, com todas as consequências cíveis, penais, administrativas e eleitorais disto decorrentes. Intimem-se pessoalmente."

Só que o juiz é mais duro, ele fala o seguinte: "Tendo a Exma. Secretária de Estado da Educação descumprido de forma clara as decisões deste Juízo, officie-se à Exma. Sra. Procuradora-Geral de Justiça, enviando cópia dos autos e solicitando abertura das investigações de estilo".

O que eu queria trazer à reflexão aqui nesta tarde é que nós temos em curso uma decisão judicial que manda que imediatamente tenhamos eleição, conforme a Lei da Gestão Compartilhada, até que chegue nesta Casa uma nova legislação para que seja votada. O juiz fala mais: que realmente se comprove isso. O que eu trago a público nesta tarde é que realmente haja um cumprimento de decisões.

O que eu quero falar também, que é importante, é que essa é a nossa primeira vitória na Justiça de várias outras representações que já fizemos no Ministério Público. Isso prova que justiça ainda existe, que ainda existe lei e que ela não pode ser burlada conforme a conveniência ou a oportunidade. Que realmente se cumpra a decisão judicial até que se aprove nesta Casa uma nova legislação – é isso que o juiz determina. Ele ainda fala em prazos.

Eu trago um esclarecimento a esta Casa, também a comunicação à Secretária de Educação, até porque temos todo o interesse, como Parlamentares, em qualquer projeto que seja do Executivo, mas, até que se cumpra isso, temos uma decisão judicial.

É isso que eu gostaria de comunicar.

DEPUTADA REJANE PITANGA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA REJANE PITANGA (PT. Sem revisão da oradora.) – Deputada Celina Leão, tão logo foi recebida essa comunicação judicial, a Secretaria de Educação está dando os encaminhamentos necessários para cumprimento da decisão, não tenha dúvida disso, apesar de a gestão compartilhada não ser o projeto de gestão democrática que esse Governo e os trabalhadores em educação anseiam há muitos anos. Eu não tenho tido nenhum problema em declarar isso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24   08   2011	15h45min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

O projeto deve chegar à Câmara. Esperamos que chegue o mais breve possível. É um projeto que foi debatido após várias plenárias realizadas em regionais. E eu tive a oportunidade de apresentar, embora sabendo que é uma prerrogativa do Executivo — mas foi extremamente importante, até para suscitar o debate —, numa audiência pública nesta Casa, em fevereiro, com mais de seiscentas pessoas participando, o projeto dos trabalhadores em educação, resultado de muitos debates, e esse projeto foi absorvido no debate com o Executivo quase na sua totalidade.

Então, eu quero tranquilizá-la no sentido de que não há, por parte da Secretaria de Educação, nenhuma intenção, como nunca houve, em descumprir decisão. O que queremos, realmente, é que primeiro esta Casa debata profundamente o projeto de gestão democrática, que não é só um projeto de gestão nas escolas, é um projeto de gestão democrática na democratização do sistema público de ensino. Eu espero — tenho certeza de que meus pares nesta Casa vão compreender que vamos fazer as disputas que forem necessárias no campo das ideias para debater concepções diferenciadas que temos em relação à questão da democracia no sistema público de ensino — que aprovemos o melhor projeto possível para as escolas do Distrito Federal, até porque a gestão compartilhada não foi um projeto debatido, foi um projeto que veio goela abaixo. Nesse período, eu era dirigente do Sindicato dos Professores e acompanhei muito bem como foi esse processo.

Eu acho que todos e todas nós temos disposição de aprofundar o debate, e de aprovar o projeto que seja melhor para o fortalecimento da escola pública.

Eu quero dizer a V.Exa., Deputada Celina Leão, nas escolas dos Estados, nas Unidades da Federação, onde há democracia verdadeiramente na escola pública, nós vemos uma drástica redução dos índices de violência nas escolas. Por quê? Pressupõe uma nova lógica de partilha de poder, de participação dos segmentos da comunidade escolar, no destino, desde a concepção da proposta pedagógica à abertura das escolas para a comunidade.

Enfim, é outra forma de relação com a sociedade. E eu acho que é esta a intenção da Câmara Legislativa, é a intenção do Governo, e é o objetivo do projeto que foi construído: democratizar, no sentido mais amplo. Inclusive, o Conselho Estadual de Educação no Distrito Federal está muito longe de representar os interesses da sociedade civil e dos trabalhadores em Educação e dos usuários da escola pública.

Muito obrigada, Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Agradeço o aparte da Deputada Rejane Pitanga. Essas informações de esclarecimento que V.Exa. traz nesta tarde são importantes, até porque existe uma dúvida: se iríamos iniciar imediatamente o processo de gestão



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24   08   2011	15h45min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

compartilhada ou não. E concordo com V.Exa. quando diz que é um debate importante, que tem de passar por esta Casa.

Quero dizer que nós temos experiência em outros Estados. Eu respeito muito o trabalho de V.Exa. Conte comigo em todos os debates. O que eu puder acrescentar...

Deputada Rejane Pitanga, apresentamos uma emenda à Lei pedindo que fosse suspensa a gestão compartilhada, porque realmente eu acredito que todo processo democrático tem uma evolução. E o processo da gestão democrática é uma evolução. E a gestão compartilhada, em um primeiro momento, já era um avanço da nomeação. O que eu não achava correto, Deputada Rejane Pitanga, era retrocedermos para nomearmos, para depois irmos para a gestão democrática. E esse foi o nosso posicionamento no primeiro momento.

V.Exa. tem o meu respeito. Conte comigo neste debate. Sei que muitas vezes é um pleito do próprio Sinpro, mas contem com o nosso apoio, com o nosso debate, e com o nosso trabalho.

O que eu queria também fazer, somente em registro, é que hoje o Diário Oficial trouxe algo interessante, na Portaria de 22 de agosto de 2011. Portaria Conjunta nº 3, da Secretaria de Estado de Governo, firmado pela Secretaria de Estado de Obras, especializada. O objeto é descentralização de recursos orçamentários destinados ao custeio de despesas relativas ao Contrato nº 36, de 2010, firmado pela Secretária de Obras para a contratação de empresa especializada para a execução de análise de fluxo de multidões e revisão dos acessos e circulação do Estádio Mané Garrinha em Brasília.

O estádio está no chão. Então, eu acho que um contrato no valor de R\$ 143.000,00 (cento e quarenta e três mil reais) para fiscalizar o fluxo de um estádio que está no chão é algo sobre o que a sociedade precisa de uma resposta realmente coerente. Até porque, se tem uma empresa que ganhou a licitação para a construção desse estádio, e nós aqui da Casa sabemos que ele vai custar quase 1 bilhão de reais, ela teria de fazer o estudo do fluxo de pessoas.

Então, um contrato de um estádio que está no chão no valor de R\$ 143.000,00 (cento e quarenta e três mil reais) para a execução de análise de fluxo de multidões é, no mínimo, engraçado.

Portanto, nós gostaríamos de uma resposta do Governo para sabermos realmente o que está acontecendo. Se tem fluxo do estádio caído, se não tem, e qual a justificativa legal diante desta publicação de hoje.

Era o que eu tinha a dizer no dia de hoje.

Agradeço ao Sr. Presidente.

Muito obrigada.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24   08   2011	15h45min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL.) – Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Como Líder do Governo. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. colegas Deputados.

Em primeiro lugar quero aqui fazer um apelo a todos os colegas que me ouvem neste momento, inclusive aqueles que se encontram em seus gabinetes, para que possamos apreciar um projeto de crédito suplementar para efeito do pagamento do salário de servidores ainda no mês de agosto.

Portanto, é um projeto de vital importância para que possamos cumprir com a obrigação do Estado no que diz respeito ao pagamento salarial de seus servidores. Eu gostaria de ter a compreensão de cada um dos colegas. Há pouco conversei com o Deputado Patrício, já havia conversado com o Presidente da sessão, Deputado Dr. Michel, e eu tenho absoluta convicção da clareza, da importância desse projeto. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças já apreciou a matéria, e conseqüentemente teremos condições técnicas também de apreciar isso no plenário.

Sinto-me no dever, em face de um pronunciamento de um colega pelo qual tenho a maior consideração e respeito, Deputado Agaciel Maia, que ontem trouxe o debate da questão do leite, inclusive com uma brilhante intervenção do Deputado Joe Valle, de trazer ao conhecimento dos colegas a nota produzida já há algum tempo pela Secretaria de Desenvolvimento Social, coordenada e secretariada pela colega Deputada Arlete Sampaio.

Eu tenho pautado, Deputado Joe Valle, no trato, porque são duas colegas desta Casa, uma ex-Secretária, a Deputada Luzia de Paula e Deputada Eliana Pedrosa, que conduziu durante um período uma gestão bastante atuante, e também hoje uma colega Parlamentar e colega nossa desta Casa, Deputada Arlete Sampaio. Nós fizemos esse debate por ocasião de projetos de leis no final do semestre, e conseguimos caminhar com absoluto grau de entendimento e respeitando as divergências inerentes à leitura do processo de encaminhamento. Quero aqui reconhecer a postura da Deputada Eliana Pedrosa, que lutou por suas emendas, mas teve a compreensão da gestão de um novo Governo que tem propostas diferentes e que podem avançar e resgatar muitas iniciativas da gestão anterior.

A nova gestão da Sedest, ao assumir, constatou a existência de quatro bases de dados cadastrais, Deputada Luzia de Paula – que é dessa área do desenvolvimento social –, relativas a beneficiários de programas sociais da Secretaria.

Estas bases – Cadastro Único do Governo Federal, e depois nós temos o CADU-DF, Bolsa-Escola e depois o Pró-Família – não se comunicavam, o que sugeria a possibilidade de a mesma família receber mais de um benefício. Esse é um primeiro ponto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24   08   2011	15h45min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

Segundo, com a ajuda do Ministério do Desenvolvimento Social à Secretaria, Sedest, foi possível juntar as quatro bases de dados, que revelaram vários problemas, ou seja, fizeram encontro das quatro bases de dados, identificaram alguns problemas. Quais são? De maneira bastante genérica: famílias com benefícios acima do corte de renda do programa Bolsa-Família e até mesmo do programa Vida Melhor. Esse foi o primeiro problema. O segundo problema: diversas famílias com mais de um benefício. Terceiro problema: total de famílias que recebem pão e leite: 46.787. Quarto problema, total das famílias que recebem pão e leite que não estão cadastradas no cadastro único nem no CADU-DF e que não registram informações da renda familiar: 10.825 famílias.

O terceiro aspecto abordado na nota da Secretaria constatou ainda haver total falta de controle da gestão da distribuição do pão e leite, cuja responsabilidade é da associação que fornece, vende o leite. Medidas foram tomadas para melhorar o controle, que ainda assim é insuficiente. Portanto, a entidade é da iniciativa privada e gerencia a distribuição do Programa Pão e Leite.

A Secretaria de Desenvolvimento Social não considera adequado o processo de controle por parte dessa entidade.

Quinto: diante das constatações, fica evidenciada a necessidade de reestruturação do programa, o que está sendo debatido no interior da Secretaria, com a participação da Seapa e de técnicos do Ministério de Desenvolvimento Social.

Sexto: a Sedest garantirá às famílias elegíveis o direito humano à alimentação adequada, mas quer fazê-lo como ação efetiva de redução da insegurança alimentar, da superação da extrema pobreza e em estrita observância do interesse público, sem clientelismo, atendendo as famílias elegíveis.

Sétimo: a Lei 4.601, de 14 de julho de 2011, estabelece o prazo de 120 dias para sua regulamentação. Até lá, teremos avançado na atualização cadastral dos beneficiários, construindo o cadastro único dos programas sociais, o que nos indicará as famílias a serem beneficiadas e o novo formato do programa a ser implementado.

Então, neste momento, Deputada Luzia de Paula, Deputado Joe Valle, Deputada Rejane Pitanga, a Secretaria de Desenvolvimento Social está constituindo um único cadastro para operar as políticas de assistência social no Distrito Federal. Portanto, esse é o objetivo. Nós esperamos poder alcançá-lo o mais rápido possível, para superarmos todas as dificuldades das famílias elegíveis aos programas sociais.

Sr. Presidente, eram essas as minhas considerações. Obrigado.

DEPUTADO JOE VALLE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Ouço o aparte de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24   08   2011	15h45min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

DEPUTADO JOE VALLE (PSB. Sem revisão do orador.) – Eu queria agradecer muito a V.Exa. por estar trazendo os esclarecimentos necessários e fundamentais para nós termos o entendimento adequado do que efetivamente está acontecendo.

O que nós precisamos, nesse sentido, é que todo o processo... Como eu expliquei ontem, esse programa atende a dois lados distintos. Por um lado, ele trata da segurança alimentar, do acesso da população carente à alimentação saudável. Então, ele distribui pão e leite num processo em que houve cadastramento total. Há pontos de distribuição aonde as pessoas vão e pegam o leite e o pão através de um cadastramento que a Sedest fez no passado e que foi trabalhado nessa direção. O outro lado é o do produtor de leite, que está ordenhando os seus animais e entregando o leite para quem o beneficia, que são os laticínios. E esses, então, entregam o leite para atendimento do programa da Sedest.

A grande preocupação - e eu entendo os colegas aqui que receberam a reclamação dos produtores, que receberam as associações - é justamente o tempo, o *timing* desse processo, porque, como o projeto determina 120 dias e não há tempo hábil para se fazer essa transição, ficamos receosos de que haja uma ruptura. Essa ruptura levará, por um lado, os produtores a entregarem o leite, mas esse leite não poderá ser entregue e não terão para quem vender, porque é um momento de muita rapidez essa transição. Por outro lado, levará os consumidores, que se acostumaram a esse processo de segurança alimentar ao receberem o leite e o pão, a não terem esse produto lá, por causa da burocracia mesmo, porque nós não temos tempo hábil para fazer isso.

Nós estamos ajudando, eu estou ajudando e coloco-me à disposição o tempo todo. Todo programa social que foi feito por um governo ou por outro, por c ou d, não pode ter ruptura. Quem perde com a ruptura, mesmo a bem da boa gestão, a bem do bom trabalho, quem perde com essa ruptura é o povo. Ele é que está na ponta e que não tem nada a ver com isso.

Então, o que nós queremos é fazer essa transformação, essa transição e achar um meio e uma porta de saída desse programa para os produtores que já estão bem, para que não tenhamos essa ruptura. Essa é a lógica.

Quero, ainda, esclarecer que isso que está escrito é a pura verdade. Por isso, o programa precisa ser revisitado. Não tem como continuar, não tinha como continuar como estava. Efetivamente, não tinha como continuar. Então, ele precisou ser revisitado. Nessa revisita, como há muitas coisas a serem feitas, acredito que corremos o risco de ter uma ruptura, o que é muito ruim.

O que precisamos fazer é nos debruçarmos, todos, em busca de uma solução para que os produtores não fiquem sem entregar o seu leite.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Agradeço o aparte do Deputado Joe Valle.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24   08   2011	15h45min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

Deputado Joe Valle, concordo, por inteiro, com sua preocupação e quero fazer uma proposta a V.Exa., tendo em vista a representação que V.Exa. e o seu mandato têm no interior da área rural do Distrito Federal. Nós poderíamos promover, nesta Casa, uma mesa redonda. Convidaríamos a Secretaria de Desenvolvimento Social, a Secretaria de Agricultura e, eventualmente, algum outro agente do Poder Público no Distrito Federal para fazermos uma mesa redonda de entendimento. Creio que esse é o papel da instituição, da Casa. V.Exa., com a liderança do Governo e as lideranças dos blocos nesta Casa, poderia patrocinar um entendimento. Acho que é de maneira proativa, de maneira afirmativa que esta Casa se consolida. E V.Exa. tem uma enorme contribuição para nos dar, a fim de que, de tal maneira, possamos aprender com V.Exa.

Naturalmente, as preocupações que o Deputado Agaciel Maia trouxe no dia de hoje devem redundar num encaminhamento de negociações no interior do Governo do Distrito Federal. Quero me colocar inteiramente à disposição para esta finalidade. Contem conosco. Se concordarem, podemos encaminhar dessa forma.

Naturalmente, não posso aqui deixar de registrar que a participação dos líderes de blocos é importante, em particular a do Deputado Agaciel Maia, que trouxe este debate para a Casa.

DEPUTADO JOE VALLE – Deputado Wasny de Roure, quero agradecer a V.Exa. Eu não esperava nada além disto de V.Exa., essa solução fantástica, participativa e justa. Vamos implementá-la já.

Muito obrigado, Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tendo em vista que existe *quorum* em plenário neste momento e que há necessidade objetiva e real de votarmos o crédito dos servidores, quero fazer um apelo a todos os senhores e senhoras Parlamentares aqui presentes para que cessemos, neste momento, as falações, para que V.Exa. dê início à Ordem do Dia. Ao entrarmos na Ordem do Dia, solicitarei a inversão de pauta para que apreciemos, como primeiro item, o crédito dos servidores.

Esta é a proposta que faço a V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Deputado Chico Vigilante, antes de acatar a solicitação de V.Exa., temos de consultar os líderes dos blocos para sabermos se há acordo nesse sentido.

DEPUTADO JOE VALLE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24   08   2011	15h45min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

DEPUTADO JOE VALLE (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, protocolei na Mesa uma moção de repúdio, que foi lida ontem, a respeito da questão da violência do café sem troco, do processo de grilagem. Eu solicito que essa moção seja lida e incluída na Ordem do Dia, para ser votada.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Deputado Joe Valle, além disso, acho que deveríamos colocar para quem a moção deve ser enviada. Acredito que dever ser para o Secretário de Segurança, para o Secretário de Meio Ambiente, para o Ibram, Bombeiros, PM, para todos os órgãos de segurança.

DEPUTADO JOE VALLE – Sim. Está para o Poder Executivo, porque assim abre-se para todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Tudo bem, mas, diante da emergência da situação, acredito que deveríamos especificar os órgãos. Deveria ser enviada, inclusive, para a Dema.

Mas não tem problema, não. V.Exa. tem um estafe muito competente. Acredito que pode chegar... A minha preocupação é que chegue o mais rapidamente possível às autoridades para que aquilo seja barrado o mais rápido possível.

Inclusive, nós, Deputados, deveríamos fazer uma visita à área.

DEPUTADO JOE VALLE – Perfeitamente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Acho que deveríamos conchamar nossos colegas, nossos pares para irmos à área, inclusive chamando o Secretário de Segurança, o Comandante da PM, o Diretor da Polícia Civil para que vejam aquela situação, para não deixarmos acontecer em Brasília o que aconteceu outrora.

DEPUTADO JOE VALLE – Então, Sr. Presidente, os ofícios vão seguir. Sendo aprovada a moção, a Mesa Diretora encaminha os ofícios a quem de direito. V.Exa., com sua costumeira liderança na área de segurança, poderia liderar nossa missão a esse espaço rural com a ideia de criar esse momento, para o Governo entender que nós estamos ali para resolver o problema.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Pode ter certeza de que faremos.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com todo o respeito ao Deputado Chico Vigilante, eu estou aqui desde as 15h30min. esperando para votar esse crédito e o Presidente não desceu e não apareceu e eu preciso fazer uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – V.Exa. está dizendo que precisa fazer uso da palavra?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24   08   2011	15h45min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA – Isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra ao Deputado Washington Mesquita.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também aguardo que, depois do pronunciamento do nobre Deputado Washington Mesquita, a quem nós ouviremos com o maior prazer, o projeto seja colocado em votação já que há esse entendimento dos membros que estão aqui no plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Então, nós chegamos à conclusão de que já foi feito o acordo de líderes e já podemos entrar em votação?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Eu acredito que o acordo de liderança só V.Exa. pode apurar. Eu estou dizendo que está havendo uma manifestação no sentido de votar esse crédito de pessoal porque é um crédito para pagamento...

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Sim. Eu entendi. De repente, eu só antecipei pensando que já havia um acordo.

Vamos ouvir o Deputado Washington Mesquita. Logo em seguida, faremos a convocação dos líderes de bloco para sabermos se há acordo e, a partir daí, passaremos à Ordem do Dia, faremos a inversão de pauta e votaremos o que tem para se votar.

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Washington Mesquita.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA (PSDB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a Constituição Brasileira diz que a saúde é um dever do Estado e um direito de todos.

Em maio, foi inaugurada em Brasília a Farmácia de Alto Custo, justamente para atender a quem? A quem precisa. Justamente para atender aos pobres, aos necessitados, às pessoas que não têm condições de aliviar o seu sofrimento, que vão à Farmácia de Alto Custo tentar receber o remédio.

Agora o que tem acontecido, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Líder Deputado Wasny de Roure, é um descaso muito grande e uma falta de respeito com o cidadão brasileiro. Praticamente, toda semana, as televisões e os jornais têm mostrado *in loco*... As pessoas chegam à Farmácia de Alto Custo, Deputado, às 4 horas da manhã, lutam, brigam, rezam e esperam a clemência e a misericórdia para conseguir ganhar a disputa de quarenta senhas. Quando não conseguem, voltam para casa. No dia seguinte se encontram lá, dormindo nas filas. São pessoas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24   08   2011	15h45min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

humildes, pessoas idosas, pessoas carentes e pessoas que esperam respeito do Estado. Mas, infelizmente, não está havendo esse respeito.

Hoje, o *DF TV* mais uma vez noticiou isso. O Alexandre Garcia cobrou a presença e a resposta do Dr. Rafael. Não houve a presença e a resposta do Dr. Rafael no *DF TV*. Na realidade, não é só ir ao *DF TV*. É dar uma resposta para Brasília. Esse povo que está dormindo nas filas às 4 horas da manhã, Deputado, está sofrendo, sendo ignorado, massacrado. E foi esse povo que elegeu o Governador de Brasília — um governador médico. Um Governador que fez o compromisso de assumir a Secretaria de Saúde por três meses. O Governador Agnelo não assumiu por um dia! E mais do que isso, o povo continua sofrendo, continua sendo humilhado, massacrado, mendigando um direito constitucional, e nada se faz na Capital da República. Parece que está tudo muito bem! Parece que está tudo muito tranquilo!

Essa propaganda sendo veiculada em relação à saúde é mentirosa. Essa é uma propaganda enganosa! São milhões e milhões que estão sendo gastos e as pessoas continuam sofrendo nas filas dos hospitais. Mas eu, como cidadão, como filho de Brasília e como representante do povo, não posso e nem devo me calar quando em todas as semanas há o mesmo noticiário. Farmácia de Alto Custo... As pessoas lá na fila, chegando às 3, 4 horas da manhã... Daqui uns dias vão começar a dormir de um dia para o outro e o Estado não se posiciona. A Secretaria de Saúde está resolvendo, resolvendo... De maio para cá, já se vão três meses e nada foi feito até o presente momento.

A questão de saúde pública de Brasília é suprarrelevante. Eu entendo que não é em três ou em seis meses e nem neste governo que nós vamos tirar a saúde do caos em que ela está. Mas é preciso que haja um plano emergencial, porque recurso existe. Há tantos recursos nos cofres de Brasília que, pelo que me consta, no atual momento, nós temos quase cinco bilhões de reais parados, sem investimento. Mas faltam médicos. Qual é o médico que quer servir ao Estado, principalmente à Secretaria de Saúde, com o piso salarial de R\$ 3.700,00 (três mil e setecentos reais), que é uma vergonha? Chegou a hora de fazer alguma coisa. O Governador foi eleito para cuidar da sociedade como um todo. O Governador tem esse compromisso com a saúde porque é médico. Nós entendemos que S.Exa. conhece profundamente a realidade. Quando S.Exa. assumiu, o CRM passou um relatório, um raio X de como se encontrava a saúde na Capital do nosso País e nada tem sido feito.

Os olhares e ações continuam sendo voltados para o Estádio Nacional. Mas o único projeto do Governador Agnelo é o Estádio Nacional? Quantas pessoas vão ficar nas filas morrendo desamparadas, desrespeitadas, e ninguém faz nada? Está tudo muito bem, está tudo tranquilo. O povo está sendo esquecido, jogado às traças e nós não temos uma resposta.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24   08   2011	15h45min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

Essa minha palavra aqui no dia de hoje é uma palavra de indignação, porque, graças a Deus, eu não preciso e nós que estamos aqui presentes não precisamos. Mas aquelas pessoas idosas, aquelas pessoas que estão sofrendo, sendo massacradas, humilhadas com quarenta senhas por dia. Por que não se aumenta o efetivo? Tem que se dobrar o efetivo, dar a dignidade que as pessoas merecem.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Washington Mesquita, eu me solidarizo com a sua indignação. Nós não queremos ver absolutamente nenhum cidadão nessa situação, independentemente se é de Brasília ou se é de fora. Mas me permita discordar. Eu sei que uma das ações mais evidentes que este Governo vem fazendo é na área da saúde. Ontem mesmo, o Governador inaugurou um novo centro de saúde na cidade do Gama. Fez isso sexta-feira com a abertura de uma nova emergência em Planaltina, depois de quatro meses e meio. Assim está ocorrendo com vários outros centros de saúdes.

Eu me disponho a acompanhar V.Exa. em uma audiência com o Secretário de Saúde para verificarmos especificamente esse assunto da Farmácia de Alto Custo. É uma matéria que tem várias implicações. Eu me disponho a acompanhar V.Exa. na conversa com o Secretário para elucidar, esclarecer quais os motivos das dificuldades que temos encontrado. Estarei acompanhando V.Exa., se assim desejar, se assim eu puder contribuir.

A sua indignação é absolutamente legítima, a área da saúde é uma área que não se discute, executa-se. Mas não posso desconhecer a magnitude da ação que o Governador Agnelo vem desenvolvendo nesta área. Só para que V.Exa. tenha uma ideia são quase três mil novos servidores contratados na área da saúde. O Hospital de Santa Maria estava terceirizado com a intervenção do próprio Ministério Público. A Secretaria de Saúde foi lá, retomou o hospital e o colocou em absoluto funcionamento. Eu sei, porque eu visitei o hospital. Fui à área da maternidade. Eu vi uma maternidade humanizada, uma coisa rara neste País. E lá estava funcionando.

Eu digo a V.Exa. que eu quero acompanhá-lo nessa audiência, como eu fiz na matéria recente da hemofilia. Conte conosco se pudermos ser úteis a V.Exa.

Muito obrigado.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA – Com todo o respeito que eu tenho a V.Exa., vou melhorar a sugestão, Deputado Wasny de Roure. Vamos eu, como Presidente da Comissão de Educação e Saúde, V.Exa. e o Secretário Rafael, *in loco*, às 4 horas da manhã para que possamos verificar e constatar o sofrimento dessas pessoas. Depois poderemos nos reunir onde V.Exa. bem entender.

Sobre a questão do Hospital de Planaltina, foi feita a reforma, mas antes de ontem foi noticiado que continua um caos total, com pessoas nos corredores, com



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24   08   2011	15h45min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

falta de médicos ou eu estou errado, ou a imprensa está errada. Eu quero entender que tem que haver um plano emergencial. Nós estamos aqui para dar a nossa contribuição porque o povo de Brasília merece respeito. O cidadão brasileiro, o eleitor, o contribuinte merece ser amparado. É um direito constitucional.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Eu pergunto aos senhores Líderes de Bloco se há acordo para nós pularmos os Comunicados de Parlamentares e entrarmos na Ordem do Dia para fazermos a votação.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Por mim, há acordo, Sr. Presidente, desde que V.Exa. permita que a Deputada Luzia de Paula faça uma questão de ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Desculpe-me, Deputada Luzia de Paula, não ouvi.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, não há que se desculpar. Quero apenas fazer uma questão de ordem, para fazer um comunicado: a Deputada Liliane Roriz me pediu para justificar a ausência, porque ela foi a uma consulta com a filha e não vai poder estar aqui conosco para as votações.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Muito obrigado.

Comunico, também, que o Deputado Aylton Gomes está afastado por três dias, para tratamento de saúde, conforme consta no atestado médico.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como V.Exa. pode perceber, o Deputado Chico Vigilante, pelo bloco PT/PRB; o Deputado Agaciel Maia, pelo bloco do PMDB/PSC/PSL/PT do B/PTC; o Deputado Prof. Israel Batista, pelo bloco PDT/PSB/PPS; o Deputado Benedito Domingos e a Deputada Eliana Pedrosa, pelo bloco Avanço Democrático, manifestam concordância para a votação. Portanto, podemos votar.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Há acordo entre os Líderes.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24   08   2011	15h45min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a inclusão, na Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 16, de 2011, de autoria do Poder Executivo. Trata-se de uma solicitação do Conselho Nacional de Justiça, que está com uma obra e precisando de uma autorização legal. O projeto já passou pela Comissão de Assuntos Fundiários e precisa passar ainda pela Comissão de Constituição e Justiça. Vossa Excelência teria que verificar se o Deputado Chico Leite, que é da justiça, está de acordo. Se S.Exa. estiver de acordo, pedirei a inclusão do referido projeto na pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Deputado Chico Leite, nosso Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, V.Exa. tem a palavra para dizer se concorda.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, não há qualquer problema. Entendo o carimbo de urgência e, se é para o jurisdicionado, melhor ainda. O jurisdicionado precisa desse atendimento. Em havendo o carimbo de urgência, não há nenhum problema em que coloquemos o projeto na Ordem do Dia e que possamos dar prioridade a ele. O Regimento acolhe a questão de ordem.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a informação que tenho dos colegas Líderes, a despeito do entendimento do Deputado Chico Vigilante, é que há acordo apenas quanto ao Projeto do Crédito Suplementar. Peço que V.Exa. se atenha a esse projeto. Sei que há um compromisso desta Casa, assumido recentemente, em visita do presidente do STJ. Porém, há acordo somente quanto ao Projeto do Crédito Suplementar, para pagamento de servidor público.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – *Data venia*, acho que é um projeto que vem do Poder Judiciário, do STJ, sobre o qual já há acordo dos outros. Se V.Exa...

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Não é opinião minha. Desculpe-me, mas são colegas Líderes de bloco que não concordam, inclusive do seu bloco.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Do meu bloco? Consulto o Presidente em exercício do meu bloco, Deputado Agaciel Maia, se S.Exa. tem alguma coisa contra nós colocarmos em votação, neste momento, o Projeto de Lei nº 16, de 2011, que trata da questão do Conselho Nacional de Justiça.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, consultei o Deputado Olair Francisco e o Vinícius e o entendimento preliminar é de votarmos hoje apenas o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24   08   2011	15h45min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

crédito inerente à despesa com pessoal. Mas, se os demais Líderes concordarem em incluir... O projeto ainda não foi votado na Comissão de Constituição e Justiça?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – O projeto é sobre a criação de uma biblioteca em um estacionamento que eles têm lá. Inclusive, o ministro veio aqui, pessoalmente, pedir isso. Agora, se não há acordo, tudo bem.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, eu não gostaria de polemizar. Eu, particularmente, sou favorável a esse projeto, mas é preciso trazer alguns esclarecimentos a esta Casa. Não houve audiência pública sobre o assunto, esse projeto não passou pelo Iphan, e precisamos saber, da Secretaria de Habitação, que é a responsável, quais são os elementos que suprem essas deficiências.

Acho que este não é o melhor momento para polemizar, mas peço a V.Exa. que se atenha ao acordo feito preliminarmente. Porque há um compromisso por parte do Presidente. A ideia de S.Exa. é que isso seja votado nesta semana.

Até amanhã, teríamos tempo para fazer as tratativas e, assim, construir as condições para a votação do projeto. Acompanhei esse debate, mas não quero polemizar.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Eu também, não. Foi o Presidente – V.Exa. conversou com ele – que solicitou a inclusão na pauta. Por mim, podemos votar diretamente o crédito. Amanhã, será comissão geral, e ficará para a semana que vem. Não há problema.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Sim. Vossa Excelência há de convir, meu Líder, que conseguir *quorum* aqui, antes da comissão geral, amanhã, vai ficar difícil. Também não quero polemizar, mas, para mim, é indiferente incluirmos agora ou na semana que vem. Eu sou pelo acordo.

Passaremos, então, para o Projeto de Lei nº 487 e o Projeto de Lei Complementar nº 16. Assim, trabalhamos um pouco mais, até porque V.Exa., agora, me deixou com a pulga atrás da orelha. Se há esse tanto de coisas para vermos, penso que não podemos fazê-las aos trancos e barrancos. Acho que, realmente, a matéria deverá passar por todas as comissões e que devemos consultar também o Deputado Magela. Concordo com V.Exa. Isso se deu simplesmente porque me pediram a inclusão.

Vamos seguir, então.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24   08   2011	15h45min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, pedi a V.Exa. a inclusão dessa matéria na pauta, tendo em vista que o Deputado Patrício, Presidente desta Casa, havia solicitado que se colocassem esses dois pontos de pauta e também em deferência à visita que o Presidente do Superior Tribunal de Justiça fez a esta Casa, pedindo celeridade nesse projeto. Foi nesse sentido que fiz o apelo a V.Exa. Agora, se não é da vontade do Líder de Governo, não sou eu quem irá controlar a vontade de S.Exa. Consultei o Deputado Chico Leite, que, em deferência, fez algo que geralmente não faz: dar parecer em plenário pela Comissão de Constituição e Justiça. Amanhã, duvido que haja 13 Deputados aqui para votarmos qualquer coisa.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Não havendo acordo de Líderes, informo aos Deputados que temos um veto obstruindo a pauta.

Consulto os Líderes se há acordo em relação a esse veto.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (Bloco PT/PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Da parte do bloco PT/PRB, deixaríamos o veto e inverteríamos a pauta, para votarmos o projeto. Em seguida, V.Exa. encerraria a sessão ordinária e convocaria uma sessão extraordinária, para votarmos em segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Com certeza. Isso será feito. Mas eu me refiro à questão do veto.

Consulto os Líderes se há acordo.

Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco PSL/PTC/PMDB/PSC/PC do B. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Por parte do nosso bloco, sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Deputada Eliana Pedrosa, há acordo quanto ao veto?

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (Bloco Avanço Democrático. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Deputado Prof. Israel Batista.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (Bloco da Renovação Democrática Popular. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Deputado Wasny de Roure, há acordo?

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Como Líder de Governo. Sem revisão do orador.) – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Todos os Líderes estão de acordo.

Procederemos à leitura do item extrapauta.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24   08   2011	15h45min	73ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 487, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 245.218.363,00 (duzentos e quarenta e cinco milhões, duzentos e dezoito mil, trezentos e sessenta e três reais)”.

A tramitação do projeto está concluída, aprovado o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado em primeiro turno com a presença de 15 Deputados.

Esta Presidência encerrará a presente Sessão, convocando sessão extraordinária.

Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h21min.)

*Este texto não substitui o publicado no Diário da Câmara Legislativa nº 157 – Suplemento, de 30/8/2011.*